

## O pedagogo na contramão do senso comum: a atuação pedagógica em espaços não escolares

*The pedagogue against common sense: pedagogical performance in non-school spaces*

Marlon Teixeira de Faria<sup>1</sup>  
Ronald Álex Santos Reis<sup>2</sup>

**Doi:** <https://doi.org/10.53426/unicad-2026.v2n1.001>

**Recebido:** 13 mar. 2026

**Revisado:** 07 abr. 2026

**Aprovado:** 28 abr. 2026

**Resumo:** Valendo-se do senso comum, é frequente a associação do pedagogo exclusivamente ao ambiente escolar e à sala de aula. Munidos da existência desse pensamento redutor, o presente artigo tem por objetivo problematizar e ampliar a percepção do trabalho pedagógico para além dos muros da escola, explorando suas possibilidades de atuação em ambientes não escolares, como empresas e outros órgãos públicos. Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi realizado um levantamento histórico, analisando o estabelecimento do curso de Pedagogia no Brasil e suas pretensões desde a Era Vargas (década de 1930), seguido de um levantamento de referenciais bibliográficos atualizados que discutem a extensão do campo. Adicionalmente, buscou-se a compreensão das reflexões e transformações na legislação educacional e na literatura científica e, por fim, o uso de um questionário com questões que vão da formação até percepções do curso de pedagogia, sendo esse monitorado por meio de uma pesquisa com 6 pessoas. Os resultados demonstram que o campo de atuação do pedagogo é mais diversificado do que o popularmente concebido, revelando a importância desse profissional na promoção de processos formativos e educativos em contextos diversos. Conclui-se que o pedagogo é essencial na gestão de projetos e na mediação de saberes em espaços sociais, contribuindo para a humanização e a emancipação do indivíduo em sua formação integral.

**Palavras-chave:** Pedagogia; Educação Não Escolar; Espaços Não Escolares; Atuação Profissional; Formação de Educadores; Pedagogo.

**Abstract:** Based on common sense, the pedagogue is often exclusively associated with the school environment and the classroom. Driven by the existence of this reductive view, this

---

<sup>1</sup> Centro Universitário UniÚnica/MG. E-mail: marlon.hist.inf@gmail.com

<sup>2</sup> Centro Universitário UniÚnica/MG. E-mail: ronilex90@gmail.com

Ano 12, vol. 2, n. 1 - ISSN: 2594-9624 - fev./mai.2026.

<http://doi.org/10.53426/unicad-2026.v2n1>



article aims to question and broaden the perception of pedagogical work beyond the school walls, exploring its possibilities for action in non-school environments, such as companies, hospitals, and public bodies. To develop this research, a historical survey was conducted, analyzing the establishment of the Pedagogy course in Brazil since the Vargas Era (1930s), followed by a review of updated bibliographic references discussing the field's expansion. The study also sought to understand the reflections and transformations in educational legislation and scientific literature. The results demonstrate that the pedagogue's scope of action is broader and more diverse than popularly conceived, revealing the importance of this professional in promoting formative and educational processes in various contexts. It is concluded that the pedagogue is essential in project management and knowledge mediation in social spaces, contributing to the humanization and emancipation of the individual in their integral formation.

**Keywords:** Pedagogy; Non-School Education; Non-School Spaces; Professional Practice; Educators Training; Pedagogue.

## INTRODUÇÃO

Valendo-se do senso comum, não soa estranho questionar a qualquer pessoa o local onde um pedagogo trabalha e a resposta recebida ser a escola. No geral, uma pessoa com formação em licenciatura, dificilmente será pensada em um ambiente de trabalho que não seja a escola e, especificamente, a sala de aula. Munidos da existência desse pensamento, busca-se uma abordagem que problematize, no sentido de ampliar, a percepção do trabalho desse profissional para além dos muros da escola.

Senso comum, nessa pesquisa, deve ser entendido por meio das análises de Dermeval Saviani. Segundo o autor, pode-se compreender o senso comum como “uma concepção fragmentária, incoerente, desarticulada, implícita, degradada, mecânica, passiva e simplista”. (SAVIANI, 1996, p. 5). Logo, pode-se entender que uma percepção como essa se caracteriza por uma superficialidade na abordagem e/ou compreensão. Dessa forma, essa pesquisa pretende ir na contramão dessa percepção, oferecendo ao leitor novas lentes para compreender o papel do pedagogo.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa fora construído o seguinte roteiro: **1)** criação de um quadro histórico com a abordagem da Era Vargas, as mudanças e intencionalidades com a educação nos anos de 1930; **2)** estabelecimento do curso de pedagogia no Brasil, seu contexto e as pretensões; **3)** levantamento de referenciais bibliográficos que abordem a temática, em

especial os que datam de 2000 a frente. Busca-se a compreensão dos clássicos, entretanto às luzes das pesquisas mais recentes as reflexões e transformações no trilhar do entendimento da extensão do curso de pedagogia; 4) levantamento de pesquisa qualitativa e quantitativa, baseada em questionários on-line e interpretação das questões propostas. Por meio desses quatro pontos norteadores, serão buscadas reflexões que permitam perceber as mudanças na visão do pedagogo sobre seu próprio ofício, bem como uma ideia geral de seu trabalho.

## **PERCURSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NA CHAMADA “ERA VARGAS”**

Os anos de 1930, na história do Brasil, ficaram marcados por apresentarem rupturas na política, economia e educação daquela conjuntura histórico-social. Nesse contexto que se desenhava havia a preocupação de se combater a crise que se assentava na econômica cafeeira<sup>3</sup> que, por consequência, criava obstáculos para o desenvolvimento econômico. No campo político, o momento pós-revolução de 30 marca, mesmo que de forma implícita, uma cisão com grande parte das influências oligárquicas (tendo como um dos maiores exemplos, o fim da política do Café com Leite). A política do país não ser dirigida por oligarquias e ter, concomitantemente, a centralização na esfera federal, permite compreender duas outras características da política getulista, a centralização política e o processo de industrialização em marcha.

Os pontos supracitados não devem ser entendidos/pensados de forma isolada. Por meio das pesquisas compreende-se que eles não se desenvolvem/estruturam-se de forma independente, as mudanças que visavam reorientações político-econômicas da sociedade exigiam que outras esferas da sociedade fossem colocadas na esteira das transformações do Brasil de 1930. A educação, a partir de agora, assume uma das esferas de grande preocupação e mobilização social.

Nesse sentido, numa abordagem contextual, Otaiza Romanelli diz que os anos de 1930 marcaram o desenvolvimento do capitalismo em nosso país. Antes a conjuntura social que estava alinhada aos interesses das oligarquias, o que não marcava de forma contundente as pretensões educacionais do plano nacional. Posteriormente, com avanço industrial a educação ganha uma nova perspectiva passando a estender sua atuação à sociedade, considerando as

---

<sup>3</sup> Segundo Fonseca (1989), aproximadamente 70% da economia do país era decorrente da exportação do café. Ano 12, vol. 2, n. 1 – ISSN: 2594-9624 – fev./mai.2026. <http://doi.org/10.53426/unicad-2026.v2n1>

funções sociais e ações do próprio estado, que agora não conseguiam das as respostas as condições apresentadas pelo setor industrial brasileiro.

A intensificação do capitalismo industrial no Brasil, que a Revolução de 30 acabou por representar, determina conseqüentemente o aparecimento de novas exigências educacionais. Se antes, na estrutura oligárquica, as necessidades de instrução não eram sentidas, nem pela população nem pelos poderes constituídos (pelo menos em termos de propósitos reais), a nova situação implantada na década de 30 veio modificar profundamente o quadro das aspirações sociais, em matéria de educação, e, em função disso, a ação do próprio Estado (ROMANELLI, 1999, p. 59).

Para se compreender as transformações que o processo de industrialização viria a provocar, não se deve negligenciar sua proximidade com o processo educacional e, como conseqüência, o impacto para a formação humana visando a ocupação dos novos postos e cargos que apareceriam nos quadros de empregos dos centros urbanos<sup>4</sup>. Mas essa postura não ficaria restrita apenas às salas de aula e ambientes escolares. Um novo homem era pensado não apenas do ponto de vista produtivo, mas numa dimensão ampla em que, além de trabalhar, seria o próprio cidadão que viveria e transmitiria o legado da política varguista à frente.

O cuidado com a preparação do trabalhador (desse homem novo) nesse contexto da política estadonovista fora articulada de forma a contemplar as esferas importantes para a formação humana. Segundo Velloso,

O problema da educação operária é destacado como uma das principais metas do Estado, merecendo por isso estratégias e a tenção especiais. Dentre deste propósito é que se criava em São Paulo o "Teatro Proletário", cujo objetivo seria o de fazer propaganda pró-sindicalização a través do lazer dos operários e de suas famílias. Este teatro didático-cívico apresentaria exemplos de comportamento, modelos de cumprimento do dever, construindo assim a figura do "operário-padrão". Para dinamizar este empreendimento cultural, o Ministério do Trabalho patrocina um concurso literário destinado à produção de romances e peças teatrais dirigidos ao público operário. Era uma estratégia defensiva contra o que o regime julgava ser uma literatura destinada a "subversão moral" e à agitação popular. Os intelectuais são conclamados a participar nesta "reforma espiritual" das massas, trazendo a sua mensagem de otimismo, esperança e ordem. (VELLOSO, 1987, p. 37-38)

Conforme seguem as análises da autora, percebe-se que este contexto é visto com novos olhos (ou estes são buscados). Um contraste implícito é criado e colocado em marcha: o velho

---

<sup>4</sup> Outro autor que apresenta essa relação entre a importância da educação e o processo educacional é Cunha (1980). Este chama a atenção para que essa relação possibilite a qualificação da mão de obra para o Estado Novo. Ano 12, vol. 2, n. 1 - ISSN: 2594-9624 - fev./mai.2026. <http://doi.org/10.53426/unicad-2026.v2n1>

contra o novo; o atraso contra a modernidade. Fica evidente, então, que a educação permeava distintas esferas no Brasil do pós-1930. Escola, cultura, economia e moral, todas essas dimensões seriam importantes para a formação de uma nova mentalidade presente no novo homem de uma República Nova que tinha seu alvorecer com a política varguista.

A Educação, dessa forma, é vista como o epicentro das preocupações do Estado Novo. Nesse sentido, segundo Helena Bomeny (1999), era por meio da prática educacional que fora colocada em marcha a possibilidade de criação de um homem novo para um estado novo, este, por sua vez, superando o passado, sendo fundamental no sentido de conformar mentalidades e forjar e fortalecer a identidade do trabalhador.

Em sentido especial, a educação talvez seja uma das traduções mais fieis daquilo que o Estado Novo pretendeu no Brasil. Formar um “homem novo” para um Estado Novo, conformar mentalidades e criar o sentimento de brasilidade, fortalecer a identidade do trabalhador, ou por outro, forjar uma identidade positiva no trabalhador brasileiro, tudo isso fazia parte de um grande empreendimento cultural e político para o sucesso do qual contava-se estrategicamente com a educação por sua capacidade universalmente reconhecida de socializar os indivíduos aos valores que as sociedades, através de seus segmentos organizados, querem ver internalizados. (BOMENY, 1999, p. 139).

Não bastou pensar uma nova sociedade, um novo homem estava em pauta na política varguista<sup>5</sup>. A influência das oligarquias, que outrora, determinavam os rumos políticos e econômicos do país, ia ao chão. A política governamental agora era marcada por um projeto de industrialização, aliada a uma constante centralização do poder na figura de Getúlio Vargas.

Trazendo as contribuições de Romanelli (1999) e Bomeny (1999), pode-se afirmar que não basta colocar uma nova engrenagem num velho motor, foi preciso, também, promover uma reforma do todo para que as novas engrenagens viessem a obter maior efetividade. O que se quer dizer com isso? Formar um homem novo para viver numa dimensão ainda marcada pelo arcaísmo e falta de organização social não conseguiria dar conta dos objetivos da política estadonovista. Um olhar sobre o humano passa a ser um dos constantes objetivos desse contexto e a educação era o carro chefe para esse empreendimento.

---

<sup>5</sup> Há de se mencionar que as transformações vindouras não seriam vinculadas apenas na educação numa perspectiva de sala de aula, mas numa percepção geral, tal como explora Brandão (1984), numa interação entre diferentes esferas sociais. Velloso, por exemplo, menciona a presença de intelectuais em locais distintos, como a rádio. A ação não para apenas nisso, mas deve-se mencionar a criação de prêmios para as rádios que melhor seguissem as orientações do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), Prêmio Henrique Dodsworth. A educação tornar-se-ia, concomitantemente, um dos esteios que garantiriam a sustentabilidade do Estado/governo, bem como seria uma ferramenta de implantação dos interesses de coesão da sociedade.

Nota-se que a educação, na Era Vargas, ocupa personalidades e pastas importantes de distintas instituições sociais. Em primeiro lugar, deve-se considerar: em novembro de 1930, tem-se a criação do Ministério da Educação e Saúde; entre os anos de 1932 o nome de Francisco Campos ganha destaque com esforço em reformas no Ensino Superior e Secundário; nos anos de 1934 e 1935 foram criadas a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade de Brasília, respectivamente, FAUSTO (2003).

A educação está presente em todos lugares da sociedade, diz Carlos Rodrigues Brandão (1984). O que se vê até aqui, com base nas escritas, é a aplicação do que Brandão explicou. Nem isolada e nem descontextualizada, a educação deve ser vista/entendida amalgamada à sociedade e suas dinâmicas políticas e econômicas. E, considerando esses dois campos sociais, não fica difícil compreender a importância e impacto do processo educacional na consolidação de um projeto político-econômico de uma nação.

Ter uma visão dos aspectos sociais da Era Vargas e compreender a importância da educação para o contexto foi o primeiro passo dessa parte da pesquisa. Com uma característica introdutória, o tópico apresentado leva o leitor a uma percepção de como a educação está fluida na sociedade e como é fundamental para reestruturar e projetar novos voos à nação.

Num contexto geral, marcado por um protagonismo da educação, relacionada às preocupações e busca de mudanças, as próximas reflexões têm por objetivos compreender o contexto que marca a instituição do curso de pedagogia no Brasil, os objetivos, intencionalidades e formação profissional, que é um dos pontos centrais desta pesquisa.

## **A RELAÇÃO ENTRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA E O PERÍODO HISTÓRICO VIGENTE**

O curso de pedagogia surge no Brasil no contexto histórico da Era Vargas, especificamente, no Estado Novo. Como observado, nos anos de 1930, a educação esteve sob a atenção do Estado, que fez dela um mecanismo que articulava as transformações da sociedade e a potencialização do campo do trabalho<sup>6</sup>. Conforme seguiram as leituras, não se pode afirmar que o curso de pedagogia surgiu de uma decisão específica como resposta a um determinado acontecimento. No entanto, num sentido contextual, deve-se ter em mente que o período em

---

<sup>6</sup> Uma conjuntura maior poderia ser pensada. Conforme explora Velloso (na relação de vínculo entre a política do contexto/governo e a classe intelectual: “Destacar o vínculo dos intelectuais com este projeto, significa evidenciar a relação entre propaganda política e educação no Estado Novo. Apresentando-se como o grupo mais esclarecido da sociedade, os intelectuais buscam “educar” a coletividade de acordo com os ideais doutrinários do regime”.

que o curso foi institucionalizado, entre os anos de 1939, tratou-se de um momento preciso, dentro de um contexto que caminhava rumo às reestruturações que dependiam de alinhamento de diferentes esferas da sociedade com a educação.

Com base no artigo 1 do Decreto-Lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939: “A Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras, instituída pela Lei nº. 452, de 5 de julho de 1937, passa a denominar-se Faculdade Nacional de Filosofia” (BRASIL, 1939). E à frente, no Artigo 2: “A Faculdade Nacional de Filosofia compreenderá quatro secções fundamentais, a saber: a) secção de filosofia; b) secção de ciências; c) secção de letras; d) secção de pedagogia”. (BRASIL, 1939).

Quanto a sua estrutura, o mesmo decreto traz as definições curriculares do curso:

Art. 19. O curso de pedagogia será de três anos e terá a seguinte seriação de disciplinas: Primeira série: 1. Complementos de matemática. 2. História da filosofia. 3. Sociologia. 4. Fundamentos biológicos da educação. 5. Psicologia educacional.

Segunda série: 1. Estatística educacional. 2. História da educação. 3. Fundamentos sociológicos da educação. 4. Psicologia educacional. 5. Administração escolar.

Terceira série: 1. História da educação. 2. Psicologia educacional. 3. Administração escolar. 4. Educação comparada. 5. Filosofia da educação. (BRASIL, 1939)

O curso de pedagogia, nesse contexto, ganha contornos importantes. Tem-se um país em constante, porém lento, processo de industrialização. Esse seria um dos fatores que fora considerado pelo processo educacional na sua relação com o Estado. Pessoas capacitadas são requeridas nesse novo contexto que se iniciava. Conforme observa-se em Fausto (2003), o homem típico da herança das oligarquias, aos poucos, perde espaço para o que agora será um dos atores de uma sociedade modernizada que se configurava nos anos de 1930.

Se, a princípio, não se pode falar que o curso de pedagogia surgiu de uma necessidade específica, por outro lado ele surge quando a educação se torna o epicentro das mudanças sociais no contexto varguista. Dessa forma,

O Curso de Pedagogia teve por finalidade primeira formar bacharéis e licenciados, de acordo com o modelo já mencionado (3+1): 3 anos de bacharelado e 1 ano de licenciatura, sendo esta realizada no Curso de Didática. Todavia, o campo de atuação para o seu egresso não foi precisamente definido. O artigo 51, alínea “c” do Decreto-Lei que o instituiu sinaliza que, a partir de 1º de janeiro de 1943, seria exigido o grau de bacharel em pedagogia para os cargos de técnico de educação. Quanto aos licenciados, poderiam atuar como



professores da Escola Normal, responsável pela formação dos professores primários. (CRUZ, 2008, p. 47)

Se, até o momento, não se percebe um objetivo exclusivo para institucionalização do curso de pedagogia, por outro lado pode-se dizer que, implicitamente, tinha uma importante função: preparar aqueles que iriam preparar as pessoas para a realidade que se construía com a Era Vargas. Pessoas capacitadas para um novo momento histórico não surgiriam com o simples transcorrer do tempo. Percebe-se o curso de pedagogia nesse sentido. Até os anos da década de 1940 a profissão do pedagogo era associada à escola e, no geral, educação. E seus resultados seriam relacionados a formação de mais professores que iriam estar em contato com camadas da sociedade que eram, posteriormente, as mãos de obra da nação.

De acordo com o decreto Decreto-Lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939, que institui o curso de pedagogia no Brasil, este profissional (formado) poderia ter dois caminhos por quais poderia seguir: 1) de forma ampla, sem maior precisão em sua definição, em cargos técnicos de educação; e, 2) em sala de aula. Observações como essa, haja vista, o contexto trabalhado faz com que sejam questionadas as transformações por quais passa o curso e, ainda mais, a percepção das pessoas sobre o curso de pedagogia e seu leque de oportunidades de trabalho (que, torna-se um fator de grande importância para esta pesquisa).

## **2.1 E OS PEDAGOGOS FORA DO CONTEXTO ESCOLAR?**

Se historicamente, diante do Decreto-Lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939, observa-se a criação de uma percepção do pedagogo que se materializa nas salas de aulas (ou na escola, de forma geral), nesse tópico tem-se a pretensão de criar uma reflexão que permita o leitor perceber como o pedagogo pode atingir novos espaços. Nos dias em que se escreve essa pesquisa, a percepção sobre o trabalho e os locais de trabalho do pedagogo é outra. Se antes, havia uma perspectiva ajustada a sala de aula, agora dar-se-á passos por outros campos.

Se a pesquisa se estrutura na premissa de que o pedagogo pode atuar em outros campos de trabalhos, deve-se elencar abordagens que sustentem a reflexão. Dessa forma, segundo Modesto e Pereira:

A ação de gerir do pedagogo nesses espaços abrange diversos setores administrativos, com objetivo educativos e sociais, buscando subsidiar a prática com a utilização de estratégias metodológicas, como ações de

mediação no processo de ensino e aprendizagem incluindo o gerenciamento de projetos. (MODESTO & PEREIRA, 2021, p. 380)

Com base nas ponderações, as habilidades do pedagogo, extrapolam os limites da sala de aula. Mas conforme Modesto e Pereira (2021), elas não são exclusivas da prática em sala de aula. A educação, como explicitado no primeiro tópico, não está vinculada apenas a sala de aula, mas na estruturação e dimensão prática da vida em sociedade. Dessa forma, os saberes pedagógicos podem cumprir demandas que são relacionadas às pessoas e suas formas de se relacionar num dado ambiente.

Se o pedagogo na esfera escolar tem como algumas de suas funções estar presente na sala de aula, auxiliar na coordenação e na condução de reuniões, em espaços não escolares, ele ainda está vinculado a uma abordagem formativa, não mais relacionada aos conhecimentos sequenciais da escola. Assim, “A pedagogia em espaços não formais objetiva preparar o sujeito assim como a instituição de ensino formal, mas de maneira interdisciplinar buscando complementar a educação escolar”. (MODESTO & PEREIRA, 2021, p. 380)

Mas como isso pode ser percebido na prática, escapando um pouco apenas as ponderações teóricas/reflexivas? Para melhor desenvolver e complementar os caminhos que esse tópico busca, pretende-se a seguinte lógica: **1)** levantamento de concursos, não vinculados a escola, que ofertem vagas para pedagogos; **2)** levantamento/descrição das ações a serem desenvolvidas por esse profissional no concurso pretendido. Realizado esse levantamento, tem-se, na prática um conjunto de abordagens que permite o leitor compreender o campo de ação e, com base nas leituras anteriores, compreender as transformações sócio históricas por quais passou esse profissional.

A escolha de cada uma das instituições/órgãos abaixo não foi aleatória, seguiu-se os critérios que orientaram nas escolhas: **1)** mapeamento dos concursos que tinham no edital a vaga de pedagogo; **2)** seleção das vagas de pedagogos que atuariam em espaços não-escolares; **3)** selecionar diferentes Estados para se compreender se a atuação dos pedagogos em espaços não-escolares pode ser vista numa dimensão regional ou nacional. Dessa forma, segue-se o mapeamento realizado:

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJ - RO):

ANALISTA JUDICIÁRIO – PEDAGOGO (...) DESCRIÇÃO SUMÁRIA:  
Realizar atividades relacionadas com o planejamento, elaboração, execução e

avaliação de atividades pedagógicas, elaborando programas, projetos, planos de ação, pareceres técnicos, laudos, relatórios e outras informações técnicas da área de atuação. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA (RO), 2024, p.7)

Polícia Civil do Distrito Federal (PC - DF):

GESTOR DE APOIO ÀS ATIVIDADES POLICIAIS CIVIS –  
ESPECIALIDADE: PEDAGOGO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: planejar, coordenar, supervisionar, avaliar e executar atividades referentes ao desenvolvimento de projetos pedagógico-instrucionais, aplicando metodologias e técnicas para facilitar o processo ensino-aprendizagem; participar de programas de desenvolvimento que envolvam conteúdos relativos à área de atuação ou neles atuar; executar outras atividades de interesse da especialidade, sendo sua lotação prioritária no Departamento de Gestão de Pessoas e na Escola Superior de Polícia Civil da PCDF. (POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL (PCDF), 2024, p. 6-7)

Ministério Público do Estado do Paraná (MP-PR):

PEDAGOGO (...) ATRIBUIÇÃO: Assessorar os órgãos do MP-PR nos assuntos relativos ao direito à educação; Elaborar pesquisas, informações e pareceres técnicos dentro da área de conhecimento, para instruir procedimentos em trâmite na instituição; Emitir relatórios, laudos e documentos para avaliação de temas ligados à educação, na área pública e privada; Atuar na avaliação de sistemas educacionais e na análise da política de educação; Desenvolver trabalhos de análise, avaliação, planejamento, coordenação e implantação de processos pedagógicos nas diversas áreas de atuação da instituição; Realizar visitas, vistorias e perícias, emitindo o documento respectivo, para instrução de processos administrativos ou judiciais; Elaborar estudos, projetos e programas de educação, formação e capacitação de servidores e membros da instituição; Propor convênios e parcerias com outras instituições, quando de interesse do MP- PR; Executar atividades relacionadas com o planejamento técnico e operacional, execução, acompanhamento e avaliação de projetos, estudos, programas, campanhas, encontros, eventos e cursos em geral; Apresentar sugestões no que tange a políticas públicas que possam garantir o direito fundamental à educação; Analisar e manter sistematicamente organizada a legislação relativa à área de trabalho; Elaborar planos de estudo, indicando tecnologias atualizadas e adequadas que propiciem o ensino-aprendizagem e a fixação dos conhecimentos adquiridos; Conduzir o processo de avaliação e auto-avaliação por meio de metodologias adequadas e análise dos dados, elaborando relatórios específicos acerca dos cursos promovidos e do trabalho realizado; Prestar assessoramento técnico à instituição em matérias de planejamento, desenvolvimento e gestão institucional; Realizar supervisão de estágio na área de sua formação profissional; e Executar outras atividades de sua competência, que lhe forem atribuídas. (MINISTÉRIO PÚBLICO PARANÁ, 2024, p.30)

Departamento Estadual de Trânsito, DETRAN/AC:

PEDAGOGO (...) Atribuições: Planejar, elaborar, coordenar, supervisionar, executar, acompanhar e avaliar planos, programas e projetos referentes às atividades pedagógicas; promover pesquisas, estudos pedagógicos de Educação de Trânsito, traçando metas, criando ou modificando processos educativos, estabelecendo e implementando normas e monitorando o seu cumprimento, visando garantir um trânsito seguro e mais humano; analisar, processar e atualizar dados; emitir pareceres, informações técnicas e demais documentações; realizar palestras sobre educação de trânsito; levantar, sistematizar e interpretar dados, informações e indicadores dos principais pontos de acidentes de trânsito, com vistas a desenvolver campanhas educativas; realizar avaliações educacionais de trânsito; avaliar o desempenho e aproveitamento nas atividades realizadas pela Equipe de Educação de Trânsito; executar outras tarefas correlatas. (ACRE, 2024, p. 32)

Nos textos supracitados são apresentados quatro cargos distintos em quatro órgãos diferentes. Apesar das distinções de atuação, o pedagogo segue com algumas semelhanças em seu ofício, salvas as especificidades de cada um dos órgãos pesquisados. Como pontos de aproximação podem-se elencar as seguintes características: planejamento; coordenação e execução de atividades pedagógicas e educacionais; desenvolvimento de planos e relatórios de atividades educacionais e/ou daquelas que são desenvolvidas nos órgãos elencados; criação, implementação e coordenação de planos e cursos educativos.

Com a modernização da sociedade os cargos e funcionalidades passam a carecer de maior apoio. Se antes, comparado ao momento da implementação do curso no Brasil, poder-se-ia afirmar que o curso de pedagogia não preparava o estudante para além das salas de aulas e/ou ambientes não escolares, agora a situação apresenta nova configuração. O pedagogo, tal como observa Modesto e Pereira (2021), bem como pela observação do conteúdo dos editais supracitados, conquistou maior espaço obtendo presença em esferas distintas da escola.

Nesse sentido, podem ser observadas as seguintes orientações: **1) Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJ - RO):** observa-se um conjunto de ações orientadas para laudos, pareceres e orientações técnicas relativas ao cargo; **2) Polícia Civil do Distrito Federal (PC - DF):** função/locação especificamente orientada ao Departamento de Gestão de Pessoas e na Escola Superior de Polícia Civil da PCDF; **3) Ministério Público do Estado do Paraná (MP-PR):** atuante na elaboração de estudos, ações que possam capacitar os servidores da instituição, estudos referentes a políticas públicas e direitos fundamentais à educação, assessorar a instituição sobre o planejamento e gestão institucional e supervisionar na área de formação

profissional; e, **4) Departamento Estadual de Trânsito, DETRAN/AC:** atuar na realização de palestras de trânsito, levantar e sistematizar dados sobre acidentes no trânsito, atuar na parte de desenvolvimento de campanhas educativas dentre outras tarefas correlatas.

A pesquisa apresenta uma possibilidade de desenvolver junto ao leitor uma nova ótica para se pensar o papel do pedagogo. Apesar de apresentar uma conjuntura que permite localizá-lo em ambientes escolares, parte-se em oposição ao paradigma tradicional, a escola e a sala de aula, colocando-o frente ao campo das possibilidades da realidade e do mercado de trabalho. Logo, o incomodo de não relacionar o pedagogo, apenas, à escola é o que se busca neste tópico e percebê-lo, dentro de espaços não escolares (administrativos, por exemplo) é uma da consequência, buscadas aqui.

Percebe-se, então, que, tal como explica Carlos Rodrigues Brandão (1995), a educação não está presente apenas entre os muros de uma escola. Os processos educativos estão permeados na sociedade e, fazemos usos constantes, em toda circunstância em que lidamos com outras pessoas. E, dessa forma, o pedagogo, mesmo distante de uma escola ainda tem como um de seus ofícios trilhar os rumos educacionais e pedagógicos que são presentes em ofícios distintos.

Portanto,

[...] à medida que a sociedade se tornou tão complexa, há que se expandir a intencionalidade educativa para diversos contextos, abrangendo diferentes tipos de formação necessários ao exercício pleno da cidadania. Nessa perspectiva, as referências e reflexões sobre as diversas formas e meios de ação educativa deverão também constar do rol de atribuições de um pedagogo, e, mais que isto, referendar seu papel social transformador. (CARNEIRO E MACIEL, p. 2, s.d.)

Com base nos autores mencionados, deve-se ponderar que por mais disparidades que ocorram na atuação dentro e fora dos espaços escolares, o papel do pedagogo ainda segue relacionado ao ensino. Comparando os quatro concursos, o papel desse profissional segue relacionado a prática de trabalhar o ensino e a construção desse.

Até o momento, a pesquisa partiu por pontos bem definidos: primeiro, uma caracterização do contexto dos anos de 1930 e sua relação com a educação; segundo, exploração do contexto em que o curso de pedagogia fora institucionalizado no Brasil e sua estruturação curricular; e, terceiro, uma construção reflexiva que permite o leitor compreender que a profissão do pedagogo não encontra-se restrita apenas às salas de aula, mas que a sociedade (e o mercado de trabalho) tem carência por esse profissional nos mais diferentes órgãos. Após

Ano 12, vol. 2, n. 1 - ISSN: 2594-9624 - fev./mai.2026.  
<http://doi.org/10.53426/unicad-2026.v2n1>

colocar, em sequência, cada um desses momento encaminhamos para aquele que nos permite enxergar de forma concreta o argumento do conhecimento ou desconhecimento do papel do pedagogo fora dos espaços escolares pelas pessoas (essas participando por meio de questionário).

## **DAS PESQUISAS CIENTÍFICAS PARA A VIVÊNCIA DAS PESSOAS: A PEDAGOGIA E O PEDAGOGO, UM OLHAR POR MEIO DE QUESTIONÁRIOS**

Este tópico promove a conexão entre as abordagens teóricas, nos tópicos anteriores, com a experiência vivencial acerca dos conhecimentos que se tem do curso de pedagogia. Dessa forma, o repertório construído até o momento serve de suporte para a compreensão e contraposição as respostas obtidas através do uso dos formulários. Estes são compostos por questões que envolvem conhecimentos prévios e, algumas, aprofundando sobre o conhecimento do entrevistado sobre o curso de pedagogia.

Para a estruturação desse questionário seguiram-se alguns critérios: **1)** entrevistas com pedagogos (em total anonimato); **2)** os entrevistados deveriam ser atuantes em espaços não escolares. Essa delimitação se deu considerando os seguintes aspectos: primeiramente, a pesquisa investiga a profissão de pedagogo; segundo, o foco está naqueles que desenvolvem seu ofício fora da sala de aula e, por consequência, do ambiente escolar. Ambos deveriam ser maiores de 18 anos e atuantes (em seus mais diferentes campos de atuação).

A aplicação do formulário passou por momentos distintos. Alguns dos que foram convidados a preenche-lo, optaram por não participar. Contudo, dentre algumas negativas obteve-se o quantitativo de seis pessoas que aceitaram participar<sup>7</sup>. As respostas obtidas cumpriram com os objetivos da pesquisa e, aos mesmo tempo, trouxeram algumas reflexões, ou a carência delas.

Em análise das respostas obtidas pode-se mencionar que: das seis participações, 3 foram do sexo masculino e 3 do sexo feminino; o ano de conclusão, dos participantes, varia de 2008 a 2024. Sobre a **QUESTÃO 1 - No período que antecedeu seu ingresso no curso de pedagogia: você tinha conhecimento do trabalho do pedagogo fora do ambiente escolar?**

---

<sup>7</sup> Uma observação: foi possível perceber que numa relação entre os que participaram e os que optaram por não participar, o tempo de formação era um fator implícito. Aqueles que possuíam mais tempo de formação não se sentiam com tanta tranquilidade para o formulário. Os mais recentes não demonstraram dificuldade em participar. Ano 12, vol. 2, n. 1 - ISSN: 2594-9624 - fev./mai.2026.  
<http://doi.org/10.53426/unicad-2026.v2n1>

Das seis, apenas dois participantes desconheciam a possibilidade de o pedagogo trabalhar em espaços não escolares.

Sobre a **QUESTÃO 2 - Conforme respondeu à pergunta anterior: no período que antecedeu ou que foi posterior a sua experiência na faculdade como ficou sabendo da amplitude do curso de Pedagogia?** Das seis respostas obtidas observou-se que: em duas, os participantes apenas descobriram os novos mercados para o pedagogo quando estavam atuando em sala de aula; duas, quando os participantes estavam na preparação para estudos (concursos); uma, já com conhecimento no ato de ingresso no curso; e, por fim, uma que percebeu as possibilidades e novos rumos para o mercado do pedagogo quando desempenhava seu trabalho numa clínica.

A **QUESTÃO 3 - Conforme respondeu à pergunta anterior: considerando que o pedagogo pode desempenhar atividades fora da sala de aula, em qual outro ambiente você entender ser importante o trabalho do Pedagogo?** Sem mencionar cada uma das respostas, percebeu-se que o conhecimento das possibilidades de atuação do pedagogo se mostra presente nos participantes. A ideia de a pesquisa explorar, em partes, o conhecimento das pessoas sobre a atuação do pedagogo em espaços não escolares ficou perceptiva, principalmente quando estes demonstram a variedade de locais quem o pedagogo pode atuar.

Se a pesquisa atentou aos pedagogos que estão fora da sala de aula, a **QUESTÃO 4 - Sobre sua área de atuação: qual sua PRINCIPAL tarefa realizada diariamente (ou regularmente)?** Trouxe uma questão que merece ser pensada. Das seis respostas, três demonstram a proximidade ou atuação na parte de orientar professores; um, no auxílio à coordenação pedagógica; um, diretamente com demandas administrativas (Secretária de Educação) e, um, fora do espaço escolar (carteiro).

Verificadas os espaços de trabalhos, as percepções sobre os rumos do curso de pedagogia o formulário lançou uma questão que envolve a capacitação no espaço de trabalho. **QUESTÃO 5 - Sabe-se que na SALA de AULA existem cursos oferecidos pelas Secretarias de Educação visando à formação continuada dos professores. E para o pedagogo, fora das salas de aula, o que é feito para seguir seu processo de capacitação? Cite um exemplo praticado por você.** Essa é uma pergunta que, implicitamente, mostra como a sociedade, em certos aspectos, trata da formação do pedagogo que não encontra-se vinculado aos espaços escolares. As respostas obtidas seguiram a seguinte lógica: um, não tem conhecimento sobre os cursos de capacitação; dois, coloca sobre o pedagogo a responsabilidade para com sua capacitação; um, demonstra conhecimento sobre plataformas digitais e a oferta de cursos de

capacitação; dois, fazem referência sobre haver a possibilidade/oferta de cursos de capacitação ofertado pela Coordenação (que podem ocorrer tanto na esfera municipal e estadual).

A última questão apresenta foi: **QUESTÃO 6 - Considere uma formação em PEDAGOGIA e uma LICENCIATURA (em qualquer área do conhecimento). Use o espaço abaixo para expressar, na sua opinião, qual a diferença entre o Professor de uma disciplina específica e o Pedagogo?** Essa trouxe uma percepção mais abstrata por parte de cada uma das respostas. Essas, no geral, apresentaram cinco respostas que colocam o pedagogo numa condição de atuação mais ampla e mais didática. Dessa forma, foi possível notar que os entrevistados colocam o pedagogo numa área de maior atuação que qualquer outra licenciatura, essa sendo mais específica à disciplina relativa à sua formação. E, apenas uma resposta, que considera que o professor tem a mesma atuação independente da relação pedagogia-licenciatura.

Entende-se que um questionário que conta com seis entrevistados não pode ser uma base sólida e exata para a construção de uma reflexão acerca do tema proposto, contudo observando as respostas entende-se que a percepção sobre o curso de pedagogia fora dos ambientes escolares ainda é uma espécie de novidade. As respostas obtidas pelo questionário mostraram que o curso de pedagogia já não é visto apenas no ambiente da sala de aula, no entanto essa visão ainda não é de conhecimento de todos.

Da perspectiva histórica até o atual momento, percebe-se que ocorreram muitas transformações relacionadas ao campo da pedagogia e as possibilidades de atuação do pedagogo. No entanto, por outro lado, percebe-se que a ótica que vê o pedagogo alinhado apenas à docência ainda prevalece. Mesmo que, de forma evidente, tenha ficado nítido apenas na última questão, por um participante, isso impede que seja negligenciada a necessidade de uma contínua reflexão e alerta para essa questão.

## **Conclusão**

A pesquisa, inicialmente, estruturou-se com o intuito de analisar o papel do pedagogo na sociedade e como o curso de pedagogia é entendido. Enquanto seguiam as leituras, notou-se a necessidade de compreender a trajetória histórica que teve o curso no Brasil. Percebeu-se que o curso no contexto de sua implementação não demonstrava uma amplitude, no sentido profissional. Tal como observado em Modesto e Pereira (2021), a pedagogia era vista por dois caminhos, a sala de aula ou a preparação de professores.

No atual contexto, percebeu-se uma valorização do curso de pedagogia, não apenas no sentido institucional. Se no passado era visto de uma forma dual, relacionado com o ambiente escolar e/ou relacionado a formação de professores, agora possui um campo de atuação maior, dados que podem ser observados nos referenciais bibliográficos quanto nos resultados dos formulários. Realizar o levantamento de concursos que apresentem a vaga a esse profissional contempla de forma prática a pretensão da pesquisa, apresentar ao leitor que ação do pedagogo não deve ser vista contemplando apenas a sala de aula.

Em nenhum momento essa pesquisa tem por objetivo promover outras funções do pedagogo e menosprezar sua importância em sala de aula. Não se objetiva uma projeção propagandista, influenciando as escolhas ou pretensões dos leitores, mas, por outro lado, demonstrar que hoje o papel do pedagogo supera a trivial fala tão escutada ‘não quero ir para a sala de aula’. Logo, uma das questões implícitas desse momento é relativo ao ato de se questionar, constantemente, as transformações no ofício do pedagogo.

Após trazer uma construção textual costurada pelo viés histórico, produção científica atual e respostas via formulário, pretendeu-se promover uma reflexão sobre um breve trajeto da pedagogia e sua adaptação ao cenário brasileiro. Construir um argumento pautado no contexto histórico ajuda o leitor a compreender as raízes e a forma como a sociedade compreendeu o papel do pedagogo e, comparado aos dias atuais, como vê a importância desse profissional. Apresentar autores, recentes, que demonstram as diversas possibilidades de atuação pedagógica mostram, na contramão da visão pretérita, o amplo campo de ação desse profissional, bem como suas ‘novas’ formas de atuação social.

Todavia, os exemplos de concursos e as respostas dos formulários mostram, em alguns momentos, o desconhecimento da função social do pedagogo. Mesmo que, em maioria, as pessoas demonstraram conhecimentos sobre as diversas possibilidades de atuação do pedagogo, alguns, inclusive, atuarem em espaços não escolares, ainda pode ser possível notar desconhecimento da própria profissão. Quando, sobre a última questão, fora comparado o papel do pedagogo e do licenciado, as respostas ficaram vagas e superficiais.

Ao fim deste breve escrito entende-se a necessidade de voltar ao tema motivador da pesquisa. Você sabe onde o pedagogo pode atuar? Se a resposta for na escola, não está errado. Mas se a resposta for marcada por apenas um campo de atuação, entendemos que ela se encontra desatualizada. Pretende-se que o leitor, graduado ou em plena graduação, perceba que o papel do pedagogo está longe de encontrar-se ultrapassado. Enquanto a sociedade for marcada pelas

relações sociais o esse profissional encontrara um espaço de atuação e demonstrará sua importância na gestão de pessoas.

## REFERÊNCIAS

ACRE (AC). **Concurso público para provimento de cargos de nível superior do departamento estadual de trânsito.** SEAD: Acre, 2024. Disponível em: <[https://arq.pciconcursos.com.br/detran-ac-prorroga-inscricoes-do-concurso-publico-com-91-vagas/1647360/fd7b7f506e/edital\\_de\\_abertura\\_retificado\\_n\\_001\\_2024\\_1647360.pdf](https://arq.pciconcursos.com.br/detran-ac-prorroga-inscricoes-do-concurso-publico-com-91-vagas/1647360/fd7b7f506e/edital_de_abertura_retificado_n_001_2024_1647360.pdf)>

Acessado em: set 2024.

BOMENY, Helena. M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: Dulce Pandolfi. **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 137-166.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação.** 33ª Ed. São Paulo. Brasiliense. 1995.

BRASIL. **Decreto Lei nº 1.190, de 04 de abril de 1939.** Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/de11190.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/de11190.htm)>. Acesso em: 14 ago. 2024.

CARNEIRO, Isabel Magda Said Pierre; MACIEL, Maria José Camelo. **Pedagogia e Pedagogos em diferentes espaços:** interdisciplinaridade pedagógica. (s.a.)

CRUZ, Giseli Barreto da. **O Curso de Pedagogia no Brasil na visão de pedagogos primordiais.** 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

CUNHA, Luís Antônio. **Educação e Desenvolvimento Social no Brasil.** 8ª Ed, F. Alves. Rio de Janeiro, 1980.

FAUSTO, Boris. O Estado Getulista: 1930-1945. In: FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 11ª ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. 2003. p. 329-389.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas: o capitalismo em construção.** São Paulo. Ed. Brasiliense. 1989.

MINISTÉRIO PÚBLICO (PA). **Concurso de ingresso ao quadro dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná.** MP-PA: 2024. Disponível em: <[https://arq.pciconcursos.com.br/mp-pr-subadm-retifica-novo-concurso-publico-com-86-vagas-disponiveis/1656298/bbd478c301/edital\\_de\\_abertura\\_n\\_01\\_2024\\_retificado\\_1656298.pdf](https://arq.pciconcursos.com.br/mp-pr-subadm-retifica-novo-concurso-publico-com-86-vagas-disponiveis/1656298/bbd478c301/edital_de_abertura_n_01_2024_retificado_1656298.pdf)> Acessado em: set 2024.

MODESTO, Franciely Souza; PEREIRA, Silvanis dos Reis Borges. A Atuação do pedagogo em espaços não escolares: gestão, possibilidades e desafios. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/4481>> Acesso em: 23 out. 2024.

Ano 12, vol. 2, n. 1 - ISSN: 2594-9624 - fev./mai.2026.

<http://doi.org/10.53426/unicad-2026.v2n1>

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL (PCDF). Concurso público para o provimento de vagas e a formação de cadastro de reserva em cargos de analista e gestor de apoio às atividades policiais. PCDF, 2024. Disponível em: < [https://arq.pciconcursos.com.br/pc-df-retifica-concurso-publico-com-260-vagas-de-analista-e-gestor-de-apoio/1659751/086e379aed/edital de abertura n 01 2024 retificado 1659751.pdf](https://arq.pciconcursos.com.br/pc-df-retifica-concurso-publico-com-260-vagas-de-analista-e-gestor-de-apoio/1659751/086e379aed/edital_de_abertura_n_01_2024_retificado_1659751.pdf)>  
Acessado em: set. 2024.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil: 1930/1973**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

Tribunal de Justiça (RO). Concurso Público para o provimento de cargos efetivos de servidores e formação de cadastro de reserva do quadro de pessoal do Poder Judiciário do Estado de Rondônia. TJRO, 2024. Disponível em: < [https://arq.pciconcursos.com.br/tj-ro-retifica-edital-do-concurso-publico/1663801/ca75c874ac/edital de abertura n 01 2024 1663801.pdf](https://arq.pciconcursos.com.br/tj-ro-retifica-edital-do-concurso-publico/1663801/ca75c874ac/edital_de_abertura_n_01_2024_1663801.pdf)>  
Acessado em: set. 2024.

VELLOSO, Monica Pimenta. **Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.